



Anais da Assembléia

N.º 39

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 11 DE MAIO DE 1988

ANO XIV

2. SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.ª LEGISLATURA
ATA DA 31.ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 11 DE MAIO DE 1988
QUARTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Antônio Annibelli, secretariada pela Senhora Deputada Vera Agibert e pelo Senhor Deputado Orlando Pessuti.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acyr Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Essequias Losso, Germote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quilse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Michado, Valdeir Mendes Vilela e Werner Wanderer (52).
Achando-se em licença os seguintes Senhores Deputados: Cândido Bastos e Domingos Scarpellini (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) -
Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO N.º 885

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, preferência de Discussão e Votação para o Projeto de Lei n.º 117/88, oriundo da Mensagem Governamental n.º 64/88, item 20, da Ordem do Dia, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Curitiba uma área de terra para implantação do Hospital Geral do Aparelho Locomotor.

Sala das Sessões, em 11.05.88.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO N.º 882

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, preferência de discussão e votação para os seguintes projetos constantes da Ordem do Dia da presente sessão:

1) - Projeto de Lei Complementar n.º 104/88, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 66/88, que altera dispositivo da Lei Complementar n.º 20, alterando o critério de cálculo dos adicionais quinquenais e os vencimentos deferidos aos membros do Ministério Público, na forma que especifica.

2) - Projeto de Lei n.º 105/88, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 64/88, dispondo sobre novos critérios para cálculo dos adicionais quinquenais e os vencimentos deferidos aos Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas do Estado e aos Procuradores do Estado junto ao mesmo Tribunal.

3) - Projeto de Lei n.º 103/88, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 65/88, que objetiva alterar a redação do § 1º do art. 77 da Lei n.º 7.297, com modificação introduzida pela Lei n.º 7.878, conforme especifica.

Com fundamento no disposto pelo art. 100 do Regimento Interno.

Sala das Sessões, em 11.05.88.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N.º 887

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário respeitosamente REQUER, a dispensa da Discussão e Votação da redação final, para os projetos constantes da Ordem do Dia da presente sessão, e que não tenham sofrido emendas ao longo de suas tramitações, de acordo com o disposto no § único do art. 58, do Regimento Interno, acrescido pela Resolução n.º 116/86.

Sala das Sessões, em 11.05.88.

(a) EDMAR LUIZ COSTA

REQUERIMENTO N° 886

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Lari Bogus, ocorrido dia 06 de maio na cidade de União da Vitória.

REQUER, outrossim, que da decisão da casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 11.05.88.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Dia 06 de maio de 1988, faleceu em União da Vitória, com a idade de 67 anos, o Senhor Lari Bogus.

O extinto era Secretário Executivo da Associação dos Municípios Sul Paranaense - AMSULPAR, cargo esse que exerceu desde a fundação, portanto 18 anos.

Lari Bogus foi Vereador por duas Legislaturas no Município de Bituruna, onde também fundou o Hospital São Vicente de Paula.

O passamento do Senhor Lari Bogus, deixou um grande vazio na sociedade da região, cuja população chora a morte de um de seus membros mais ilustres, pois pertencia a tradicional família de União da Vitória, onde foi vereador.

Deixou viúva a Senhora Linda, 4 filhos e 5 netos.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, partilhando da dor que abalou a família Bogus envia a todos, voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 883

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições e, após ouvido o Plenário, REQUER, voto de profundo pesar, pelo passamento do Senhor Waldemar Cândido da Silva, ocorrido em Andaraí. Pede que, deste registro, seja dado conhecimento à esposa do mesmo, residente à Rua Duque de Caxias, 179, naquela cidade.

Sala das Sessões, em 11.05.88.

(a) HERMAS BRANDAO

REQUERIMENTO N° 884

Senhor Presidente.

O Deputado infra-assinado, no uso de suas atribuições regimentais e com base no art. 134, § 1°, inciso IV do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Egrégio Plenário, seja inserido na Ata dos trabalhos de hoje, votos de congratulações à Universidade Estadual de Ponta Grossa, que no momento em que se prepara para comemorar condignamente os 18 anos de sua maturidade como instituição; promove a I Semana de

Comemoração e reflexão Universitária, com o objetivo de "comemorar repensando-se", cuja realização será levada a efeito no período compreendido entre os dias 16 a 22 de maio corrente.

Sala das Sessões, em 11.05.88.

(a) EDMAR LUIZ COSTA

JUSTIFICATIVA:

Lembrando a data de 15 de maio de 1970, quando nasceu institucionalmente, a UEPG vai assentar na sua história as razões desse programa, através do qual, não apenas a comunidade universitária, mas a sociedade dos Campos Gerais e do Paraná terão ocasião de recolher subsídios e preparar o caminho do futuro para nossa juventude universitária.

Sempre compromissada com a geração do amanhã, a UEPG, que teve como embrião a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa, em 1949, constituindo-se na primeira instituição de ensino superior do Município, bem como do interior do Estado do Paraná, volta-se para uma análise conjunta de sua história e dos compromissos que assume para com o futuro.

No clima de uma autonomia vencida na fria lei, mas sem convencer nas razões do ato praticado, é preciso repensar a Universidade como um todo. E, nesta tarefa, a UEPG encontra em meio as comemorações dos seus 18 anos, a oportunidade para cumprir a sua parte na história da educação paranaense.

Cabe-nos como homem público, fruto também de uma geração universitária e que a UEPG colocou no seio da comunidade paranaense e brasileira, cumprimentar, da Reitoria ao mais humilde servidor, pela feliz idéia e realização de tão importante data, estendendo os cumprimentos pela passagem dos 18 anos que proficuamente estão sendo cumpridos. Cumprimento, ainda, a comunidade de Ponta Grossa e dos Campos Gerais que abriga a UEPG, a qual, nesse período todo, sempre soube corresponder a confiança que lhe foi depositada, com a responsabilidade de gerar o cidadão paranaense e brasileiro de amanhã.

REQUEIRO que, cópia deste expediente seja encaminhada à Universidade Estadual de Ponta Grossa.

REQUERIMENTO N° 888

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, vem reiterar e REQUERER conclusões sobre referida solicitação, tendo em vista que o prazo legal estabelecido para a resposta da mesma, encontra-se totalmente vencido, desrespeitando dessa forma não só a Constituição Federal vigente, bem como a este Parlamentar.

REQUER, após ouvido o Plenário seja

enviado expediente ao ilustre Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social Deputado Rubens Bueno, solicitando o envio de recursos financeiros ao Conselho de Proteção ao Menor da Comarca de Marilândia do Sul, com sede na Cidade do mesmo nome.

A referida solicitação se faz em função de que essa entidade que não tem fins lucrativos, atende hoje mais de 150 (cento e cinquenta) menores carentes daquele Município, não contando com apoio da Prefeitura Municipal por divergências políticas entre seus representantes, dificultando com isso o atendimento a esses menores, que até esta data, vêm sendo assistidos pelo Conselho acima mencionado.

Em requerimento de 12.05.87, constam documentos provando a regularidade funcional do Conselho e suas dificuldades financeiras.

Sala das Sessões, em 11.05.88.

(a) VALDERI MENDES VILELA

REQUERIMENTO N° 889

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, vem reiterate e REQUERER conclusões sobre referida solicitação, tendo em vista qual o prazo legal estabelecido para resposta da mesma, encontra-se totalmente vencido, desrespeitando dessa forma não só a Constituição Federal vigente, bem como a este Parlamentar.

REQUER após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao ilustre Secretário de Estado dos Transportes Dr. Heinz Georg Herwig, a fim de que se faça os estudos necessários para ampliação do programa "Rodovias Rurais", a ser instalado pelo Governo do Estado, para o Município de Bandeirantes, pois é um Município com mais de 500 (quinhentos) Km de estradas rurais, daí o programa poder ser estendido para atender os agricultores dos bairros do Juca do Batista, Água das Peróbas e Perobinhas, locais de grande população rural e região de grande produção agrícola, o que sem sombra de dúvidas atende a vontade dos habitantes que lá residem conforme demonstra o documento anexo (requerimento de 22.06.87) que nos foi enviado pelo Vereador Sérgio Mendes Vilela.

Do presente, REQUER, se dê conhecimento à Câmara Municipal de Bandeirantes e em especial ao Vereador Sérgio Mendes Vilela.

Sala das Sessões, em 11.05.88.

(a) VALDERI MENDES VILELA

REQUERIMENTO N° 890

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, vem reiterate e REQUERER conclusões sobre referida solicitação, tendo em vista que o prazo

legal estabelecido para resposta da mesma, encontra-se totalmente vencido, desrespeitando dessa forma não só a Constituição Federal vigente, bem como a este Parlamentar.

REQUER após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao ilustre Governador do Estado do Paraná Senhor Álvaro Fernandes Dias, ao Secretário de Estado da Educação e Cultura Professor Belmiro Valverde Jobim Castor e ao Secretário de Estado do Esporte Senhor Edson Gradia, solicitando a reforma total na quadra de esportes da Escola Estadual do Distrito Nossa Senhora da Candelária, no Município de Bandeirantes.

Referida quadra de esportes foi construída há vários anos, e encontra-se em precárias condições o que desvirtua sua finalidade prejudicando a prática desportiva, tendo gerado reclamos dos alunos e dos interessados em sua utilização, pois, trata-se de um local esportivo único no Distrito, que atende a escola estadual e a população daquela região.

Do presente, REQUER, se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal, Câmara de Vereadores e em especial ao Vereador José Elias do Carmo que foi autor do pedido.

Sala das Sessões, em 11.05.88.

(a) VALDERI MENDES VILELA

REQUERIMENTO N° 891

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, vem reiterate e REQUERER conclusões sobre referida solicitação, tendo em vista que o prazo legal estabelecido para a resposta da mesma, encontra-se totalmente vencido, desrespeitando dessa forma não só a Constituição Federal vigente, bem como a este Parlamentar.

REQUER, após ouvir o Plenário, seja enviado expediente ao ilustre Governador do Estado do Paraná Senhor Álvaro Fernandes Dias, ao Secretário de Estado da Educação, Senhor Belmiro Valverde Jobim Castor, e ao Secretário de Estado do Esporte Senhor Edson Gradia, solicitando o término da construção da quadra de esportes da Escola Estadual Lourenço Ormenezi, localizada no Bairro Ormenezi no Município de Bandeirantes.

A referida quadra de esportes foi iniciada há vários anos e até a presente data não foi concluída, por motivos alheios ao conhecimento desse Parlamentar, havendo a necessidade urgente de sua conclusão ou reconstrução, pois os únicos prejudicados são os alunos e os interessados, os quais nunca puderam dela se utilizar.

Do presente, REQUER, se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal, Câmara de Vereadores de Bandeirantes e ainda ao

ilustre Vereador Olívio Miotto que é o representante do Bairro e autor do pedido a nós solicitado.

Sala das Sessões, em 11.05.88.

(a) VALDERI MENDES VILELA

REQUERIMENTO N° 892

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Álvaro Dias e ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação, Belmiro Valverde Jobim Castor, solicitando a intercessão daquelas autoridades junto aos setores de competência, no sentido da adoção de medidas para a ampliação, com a urgência que o caso requer, do espaço físico da Escola Estadual Padre Carlos Zelesny - Ensino de Pré-Escolar, 1° e 2° Graus, de Ponta Grossa, para mais (7) sete salas de aula, em razão de não estar mais dispondo de condições para abrigar a crescente demanda de alunos que a cada ano afluem àquele estabelecimento de ensino, única e exclusivamente, pela falta de espaço físico, considerando o número de salas de que dispõe, ou seja de apenas 10, para acomodar a 1.750 alunos, aproximadamente, distribuídos em 51 turmas, fato que tem trazido sérios transtornos ao bom andamento dos trabalhos a serem desenvolvidos.

Vale mencionar, que a presente moção é objeto de reivindicação formulada através de "abaixo-assinado", firmado por aproximadamente 1.000 pessoas, integrantes da Comunidade Escolar do Jardim Santana do Sabará, endossado por dirigentes da Associação de Pais e Mestres e demais lideranças do setor do Ensino de Ponta Grossa, documento esse dirigido ao Senhor Superintendente da FUNDEPAR, capeado de expediente oriundo da Senhora diretora do referido estabelecimento, Professora Salma Calisto da Silva.

A título de subsídio e como forma de fornecer um perfil das atuais condições da Escola Estadual Padre Carlos Zelesny, é importante enfatizar que ela funciona em 4 turnos diários, atendendo aproximadamente 1.750 alunos, distribuídos em 51 turmas e conta, apenas, com 10 salas de aula, sendo que a biblioteca e a sala de professores foram adaptadas.

Apesar de ser uma Escola de construção recente, e ainda enfrentando problemas de espaço, conta com Curso de Contabilidade, tendo sido implantado, também, no início do ano letivo, o Ciclo Básico e o Projeto Tempo de Criança, estes últimos atendendo a uma média de 120 alunos diariamente, os quais permanecem no recinto escolar em torno de 9 a 10 horas diárias.

Diante do exposto, é compreensível que, considerando a estrutura de que hoje dispõe, não venha correspondendo, a contento e dentro dos padrões ideais, à crescente demanda de alunos, não obstante os esforços daquela administração que, usando de todos os recursos e criatividade, tem tentado solucionar a questão, adaptando a biblioteca, a sala de professores e outros setores em salas de aula, o que não é, absolutamente, salutar, à qualidade de ensino que se pretende implantar.

Assim, recorre este Parlamentar às providências que se fizerem necessárias, visando concretizar a questão, que nada mais é do que uma antiga aspiração daquela comunidade.

Sala das Sessões, em 11.05.88.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 128/88
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação Paroquial de Assistência aos Agricultores de Vera Guarani, Município de Paulo Frontin, com foro na Cidade de Mallet;

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.05.88.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

De acordo com a Lei n° 6.994/78, estamos apresentando o Projeto de Lei que declara de Utilidade Pública Estadual, a Associação Paroquial de Assistência aos Agricultores de Vera Guarani, Município de Paulo Frontin, com foro na Comarca de Mallet.

Fundada em 15 de junho de 1957, com suas atividades em perfeito andamento, conforme comprova a documentação anexa, procurando dar toda a assistência estabelecida em seus estatutos e contando com o apoio incondicional de toda a comunidade, de voluntários e principalmente de sua Diretoria, tentando sempre desenvolver um trabalho voltado para o bem comum.

A entidade devidamente registrada sob n° 935 no Livro A, do 1° Ofício de Registro de Títulos da Capital em 24 de julho de 1957, bem como no Livro de Registro do Oficial de Registro Geral da Comarca de Mallet, sob n° 027 do Livro A às folhas 20 em 02 de abril de 1958.

Seu estatuto por si só, traduz a elevada significância social da entidade, pois define claramente seus objetivos.

A Associação Paroquial de Assistência aos Agricultores, não remunera os membros de sua Diretoria pelo exercício de suas

funções não tem fito de lucro, não distribui dividendos sob forma alguma e aplica integralmente o superávit eventualmente verificado em seus exercícios financeiros, na manutenção e desenvolvimento de suas finalidades estatutárias, enumeradas em seu bojo.

Seus estatutos foram publicados no Diário Oficial do Estado do Paraná em data de 22 de julho de 1957.

As razões aqui expostas, nos convencem da oportunidade do presente Plano de Lei, para o qual solicitamos o apoio dos nobres Pares.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Deputado Lauro Lobo Alcantara. (Declina).

Havendo declinado, consulto o Deputado Pirajá Ferreira, segundo orador inscrito.

(Declina).

Havendo declinado, consulto o Deputado Raul Lopes, terceiro orador inscrito.

(Declina).

Não havendo mais oradores inscritos no Pequeno Expediente, concedo a palavra no Grande Expediente, ao Deputado Edmar Luiz Costa. Vossa Excelência terá 30 minutos para proferir sua oração.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Deus deu-me o privilégio de, no ano de 1966, formar ao lado de uma plêiade de homens corajosos que resolveram enfrentar o regime da ditadura, formar um partido que se preocupasse em defender o regime democrático, a liberdade e a grandeza do ser humano. Fundou-se o Movimento Democrático Brasileiro que o povo carinhosamente dizia: "Modebra, o manda brasa".

Em 1966, os partidos eram fundados mediante assinaturas. Em Ponta Grossa, a primeira assinatura foi do grande líder Eurico Batista Rosas que comandou a Oposição em nosso Município. Tive a felicidade de ter a minha assinatura na segunda linha.

Naquele tempo, era difícil estar no Modebra, no MDB. Muitas, muitas e muitas vezes, amigos nossos, atravessavam a rua para não encontrar um emedebista e evitar de cumprimentar uma pessoa que tinha coragem de enfrentar o regime militar.

Em 1968, candidatei-me ao cargo de Vereador em Ponta Grossa pelo MDB e fui eleito. A luta continuava, e em 1968, nós vivemos quem sabe o momento mais crítico da repressão militar e da perseguição aos homens que faziam Oposição.

Continuei na luta, ao lado de grandes companheiros como o Presidente Antônio Annibelli, Antônio Belinati e tantos outros

que estão ainda nesta Casa.

Disputamos a Prefeitura de Ponta Grossa em 1968, com Dr. Eurico Rosas e fomos derrotados. Numa Câmara de 21 Vereadores, conseguimos eleger sete. Para nós, foi uma grande vitória pois grandes companheiros se elegeram, como Joel Lopes da Silva até hoje Vereador em Ponta Grossa.

Em 1972, depois de ter recebido um cem número de propostas para deixar o MDB, mantive-me na mesma trincheira e candidatei-me à reeleição. Fui eleito Vereador, o segundo mais votado no Município.

Em 1972, continuamos com apenas sete Vereadores. Em 1976, o Partido enfrentava seriíssimas dificuldades nos campos gerais. Doutor Eurico Rosas decidiu novamente ser candidato a Prefeito; e eu aceitei a incumbência muito difícil de ser o seu candidato a vice-Prefeito. Perdemos as eleições, mas naquelas eleições MDB venceu, ganhou a Prefeitura de Ponta Grossa, embora um companheiro nosso nos traísse logo em seguida, deixando o MDB e ingressando para a então ARENA.

Em 1978, meu companheiro de política estudantil José Richa, lançava-se candidato ao Senado da República, e pura e simplesmente não tinha um companheiro para estruturar a sua campanha nos Campos Gerais, quando eu já havia abandonado a vida pública, mas não o Partido, o MDB.

Após muita insistência de José Richa, resolvi estruturar o PMDB, depois que veio a incorporação PP e PMDB, e fui o primeiro Presidente do Partido em Ponta Grossa. Enfrentamos dificuldades enormes durante a campanha de José Richa, pois éramos poucos e alguns dos ex-companheiros haviam traído o partido e passado para o poderoso PDS.

Em Ponta Grossa, na eleição do Senado a votação de José Richa foi bastante expressiva e quase vencemos as eleições.

Continuamos a nossa batalha e veio a candidatura de José Richa para o Governo do Estado. Nós continuamos batalhando no PMDB, e me candidatei ao cargo de Deputado Estadual. Fomos vitoriosos e o PMDB começou a ser um Partido cobijado por muita gente.

O Partido que era rejeitado, repentinamente passava a ser visado pelas mesmas pessoas que instalaram o regime militar no Brasil. Passou o PMDB a ser freqüentado pelos homens, que em 1964, 1966, 1968 nos perseguiram e batiam nos estudantes, nas ruas deste Brasil. Foi-se descaracterizando o PMDB e hoje, o que eu vejo, infelizmente, é um Partido que está se separando do povo, um Partido que se atrela vergonhosamente, apesar da resistência de muitos companheiros ao Governo José Sarney, que nada mais tem feito do que adotar os mesmos métodos espúrios da República Velha, na condução da política econômica e

da política em si no território nacional.

Vejo-me na circunstância de deixar o PMDB; é evidente que o faço com tristeza, porque a Casa peemedebista, eu também ajudei a construí-la, tijolo por tijolo, tábuas por tábuas. Mas a minha consciência não me permite mais ficar nessa frente política e saio no momento em que esta chamada PMDB, cumpriu plenamente as suas finalidades.

Quando os homens de valor se reuniram, em 1966, para fundar o MODEBRA, nós sabíamos que não estávamos fundando um Partido em si, mas, uma frente política que tinha como objetivo maior, restabelecer o regime democrático, nesta Nação.

E neste particular, o MODEBRA de antes, o PMDB de hoje, conseguiu atingir as suas finalidades. Vivemos num regime quase democrático. Mas, essa frente política tende a se dissolver, porque aqueles que realmente defendem o regime democrático, não podem mais concordar que os "Sarneys" da vida, continuem mandando no reduto mais democrático desta Nação.

O Sr. Nereu Carlos Massignan - Inscrevo-me para um aparte.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Logo darei com satisfação o aparte ao nobre Deputado Nereu Carlos Massignan.

O Sr. Nereu Carlos Massignan - Muito obrigado, Deputado.

O Sr. Hilton Barbosa - Inscrevo-me para um aparte, nobre Deputado.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Darei em seguida.

O Sr. Hilton Barbosa - Pois não.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Vejam os Senhores que muitos dizem que são fisiologistas os que vão sair hoje ou sairão amanhã do PMDB. Não há fisiologismo. A minha atitude é serena e saio quando o Partido é governo na minha cidade, no meu Estado e na Nação.

Saio por convicção. Outros dizem que os peemedebistas que estão deixando o Partido, o fazem porque não querem assumir a responsabilidade de ser governo e nós não sabemos governar. Outro engano.

O governo peemedebista deu certíssimo em Wenceslau Braz, com o Prefeito José Álvaro Gemin, uma administração admirada por toda a região. O governo do PMDB em Ponta Grossa está dando absolutamente certo com o nosso companheiro Oto Góes.

E nós não fugimos da responsabilidade de apoiar os nossos governantes. O PMDB deu certo no Paraná com José Richa, e nós assumimos a sua responsabilidade. E, quero agradecer, pedindo a Deus que o PMDB tam-

bém dê certo no Paraná, com Álvaro Dias. Mas, o governo que não é mesmo do PMDB, o de José Sarney, não está dando certo e eu não posso ficar ao seu lado.

Saio e vou para uma agremiação muito humilde: o PDC. Quem sabe seja a minha tarefa e de tantos outros companheiros, iniciarmos a criação no Paraná, de um grande Partido, realmente comprometido com a liberdade do homem e com os anseios democráticos. Concedo aparte ao nobre Deputado Nereu Carlos Massignan.

O Sr. Nereu Carlos Massignan - Nobre Deputado Edmar Luiz Costa. Estou ouvindo a sua despedida do PMDB e posso avaliar esta decisão porque Vossa Excelência fez uma referência quando disse, que está saindo da própria Casa que ajudou a construir. É esta imagem que a gente usa quando nós fazemos a auto-crítica, a própria crítica dentro do nosso Partido, de que este teve a construção da sua Casa com tantas mãos, sob uma bandeira altamente patriótica nos primeiros anos, que era a bandeira da resistência. Imagino um cidadão sendo tirado da sua casa, não poder ver mais o seu jardim, as suas pessoas mais queridas ou conviver naquele ambiente que lhe é tão costumeiro. O próprio ar da casa da gente é diferente. As cores são íntimas, nossas, as paredes, quadros, lembranças e fotografias... Enfim, há uma história em cada casa construída, como há a do PMDB, que na verdade, é muito rica e que Vossa Excelência faz parte e a integra, pois mesmo com a sua despedida não há como riscar da história o seu passado dentro deste Partido: a sua contribuição, na época da resistência.

E uma outra observação: que Vossa Excelência foi muito feliz. Sai no momento em que meu Partido é Governo nos três níveis: Municipal, Estadual e Federal. Então, é um ato de coragem e de consciência, que nós respeitamos. E neste momento de indefinições partidárias principalmente dentro do nosso Partido, parece-me que o seu ato de despedida nos leva a fazermos uma reflexão mais aprofundada do PMDB. Este seu atrelamento pacífico ao governo Federal, a aceitação quase que amorfa de uma transição que não termina com a passividade do nosso Partido, quando nós vemos sub-repticiamente se desenhar uma política do FMI de arrocho salarial e de estagnação econômica. Num certa ocasião, tive oportunidade de dizer que o Ministro Delfin Neto assim como o Governo da Velha República eram mais corajosos, porque recebiam a missão do FMI de portas abertas no Palácio do Planalto.

Nós, talvez querendo voltar à história subjugados a esta política, que não é a do nosso Partido, deixamos que aconteça. Não

temos mais aqui, a Ana Maria Jull, porém temos a presença ostensiva do FMI; basta olhar este País de hoje, com sua política econômica e a negociação da política externa.

E para encerrar, para ser breve, Vossa Excelência talvez tenha mais coisas a dizer, mas volto a afirmar que é um ato de coragem seu e que nos leva a uma profunda reflexão. Respeito a sua posição e acho que realmente este seu ato de coragem e de consciência deve levar a todos nós do PMDB, a uma aprofundada reflexão do nosso Partido no seu contexto atual em relação à Nova República e aos próprios destinos deste País.

Muito obrigado, nobre Deputado.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Agradeço ao eminente Deputado Nereu Carlos Massignan. Concedo aparte ao Deputado Antônio Costenaro Neto, pela ordem, ao que me parece.

O Sr. Pedro Tonelli - Eu me inscrevo num aparte, Nobre Deputado.

O Sr. Antônio Costenaro Neto - Nobre Deputado Edmar Luiz Costa.

Nós ouvimos, atentamente, as suas palavras e pronunciamento, de despedida do PMDB. Não diria, de forma alguma, que os recebi com perplexidade, mas sim até com grande otimismo. Talvez, como anunciou Vossa Excelência ajudou a construir um partido novo, uma frente que pretendia e até pretende transformar a política e a administração pública brasileira com a seriedade que Vossa Excelência, naturalmente, conduziu o seu processo de desenvolvimento político como Vereador, como Deputado e todas as suas atividades. Vossa Excelência talvez, não aceitando no meu entender, o que está acontecendo hoje no PMDB, anuncia a sua despedida do Partido.

Diria a Vossa Excelência, em nome da Bancada da Frente Liberal, que nós nos conhecemos há pouco mais de um ano, pessoalmente, aqui na Assembleia Legislativa, claro que como homens públicos do Estado do Paraná, cientes dos seus atos. Mas, nesta avaliação da convivência com Vossa Excelência quero deixar registrado nesta Casa, no dia de hoje, que nós aprendemos a admirá-lo pela sua atitude, pela nobreza com que Vossa Excelência conduz os trabalhos, e sua participação nesta Assembleia Legislativa.

E agora, passamos a admirá-lo mais ainda, porque Vossa Excelência, como já disse, no momento em que o seu Partido, ocupa o poder em quase todos os espaços no Estado do Paraná ou em todos e vários na Nação brasileira. Vossa Excelência se afasta deixando companheiros que continuam ainda, e vai participar de uma outra agre-

miação de poucos companheiros, naturalmente com a força de um gigante, com vontade, com seus princípios, para construir uma agremiação nova, voltada principalmente ao objetivo de promover o bem ao Estado do Paraná.

Eu diria a Vossa Excelência que, considero um grande ato de nobreza em defesa do povo do Paraná, porque nós temos, sem querer desmerecer o PMDB, afirmado nesta Casa, em outros momentos e também pelo Paraná afóra, que o PMDB elegeu um partido único no poder e praticamente o povo ficou sem uma representação, porque um partido único no poder, se foi no passado PDS ou ARENA e hoje é PMDB, cria uma dificuldade muito grande de se fazer valer a vontade do povo. Às vezes, prevalece, na verdade a decisão maior do governante que quer impor a sua vontade e também dos grupos políticos fortes organizados com a sua maioria ficando então à mercê, a vontade do povo e na dependência de nós legisladores para defender os seus direitos.

Portanto Vossa Excelência, somando-se às Oposições num partido minoritário nesta Casa, naturalmente que terá um representante mas, não sabemos no futuro quantos surgirão. Tenho certeza que Vossa Excelência estará imbuído com a vontade de construir um Paraná melhor, como é objetivo de todos nós da Bancada da Frente Liberal e acredito eu, de todas as Oposições também.

Muito obrigado.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Agradeço o aparte ao nobre Deputado e em seguida o darei ao Deputado Raul Lopes.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É preciso que eu destaque que não deixo inimigos no PMDB. Muito ao contrário, não levo dos meus companheiros de Partido, nenhum mágoa a nível municipal, estadual ou federal. O descontentamento que tenho, é o atrelamento do partido à política do Presidente José Sarney.

Deixo grandes amigos e tenho certeza que continuarei sendo amigo de todos eles.

Devo também, neste instante, salientar que vou ao PDC, ajudar a tentar fazer um grande Partido no Paraná, embora já tenha tomado uma decisão de caráter pessoal, que é a de não mais disputar cargos eletivos, mas não abandonarei a vida pública e onde existir uma trincheira para defender a liberdade do homem, o regime democrático, eu estarei presente, mesmo não participando mais de eleições.

Concedo o aparte ao nobre Deputado Raul Lopes.

O Sr. Raul Lopes - Muito obrigado, e eu vou me permitir lhe chamar: prezado companheiro Edmar, dado o ambiente nosso

ao longo desses quase dois anos, nesta querida Casa.

Anotei alguma coisa do seu pronunciamento, prezado e querido companheiro Edmar, e queria lhe dizer que aprendi ao longo da minha vida pública a admirar os homens que falam com o coração e vi neste momento curto, quando você, ocupando a tribuna, pronunciou-se fazendo uma crônica histórica do tempo em que abraçou a vida pública à frente do MDB, mais tarde PMDB.

Citou alguns momentos que foram difíceis, ajudando a construir este partido e a participar daquilo que seria alcançado por todos nós, a grande aspiração da comunidade brasileira, que é o processo de democratização nacional.

E não por aqui estar convivendo neste período curto, porém em outra situação em que me encontrava, já o conhecia de nome e via o seu trabalho à frente com admiração, pois todas as vezes que eu tive a oportunidade de ir à sua terra natal, assisti o seu trabalho junto com outros, alguns você até declinou.

Entristece-me perder um companheiro com o gabarito desse porte e nível, por isso gostaria que você continuasse conosco.

Mas, ao mesmo tempo que me entristece, envidoe-me também, vendo em você a profundidade, a grandeza, o alcance, como disseram muito bem os companheiros Nereu Carlos Massignan, Antônio Costenaro Neto e por certo outros tantos que me sucederão neste encerramento de despedida do prezado companheiro.

Tenho certeza que você levará à frente e hasteará a bandeira da redemocratização nacional, defendendo os firmes propósitos dos grandes anseios nacionais.

Gostaria de tê-lo conosco e pedir ao companheiro que reconsiderasse, mas seria impossível, porque respeito a sua posição.

Admirei nessas últimas horas a coragem, a dignidade com as quais se sustentou em uma posição, mesmo contrariando o seu partido, porque você ainda pertence a ele.

De sorte, querido Edmar, agradeço e digo que foi uma alegria e uma satisfação tê-lo conosco no Partido, mas continuam por tê-lo ainda nesta Casa.

Seja você portanto, feliz, porque tenho certeza que se somará a todos quantos pertencem a esta Casa na defesa e sustentação desses grandes ideais brasileiros que todos nós lutamos para conquistar.

Felicidades a você. Muito grato pelo trabalho que dividiu conosco, aqui.

Muito obrigado também, pelo aparte permitido.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Fico muito agradecido ao nobre Deputado Raul Lopes,

com quem tenho tido uma excelente convivência nesta Casa.

Enfim, Sr. Presidente, nobres Deputados, saio do partido que ajudei a fundar. Saio de cabeça erguida, na certeza de que, num pequeno Partido, continuarei trabalhando pelos meus municípios, pelo meu Paraná e pelo nosso Brasil.

Concedo o aparte ao ilustre Deputado Basílio Zanusso.

O Sr. Basílio Zanusso - Prezado Deputado Edmar Luiz Costa, o Deputado Antônio Costenaro Neto, Vice-Líder da nossa bancada, já falou a Vossa Excelência e está registrado na Casa, o pensamento do partido.

Mas, pessoalmente, não poderia também deixar de me dirigir a V. Exa.: rapidamente para dizer que o PMDB perde um de seus grandes Deputados nesta Casa e um grande companheiro de partido paranaense.

Vossa Excelência - como discorreu da sua carreira brilhante e trabalho incansável em favor de seu Partido, ao qual pertenceu até há pouco, em Ponta Grossa e na sua região, que representa com galhardia, competência e inteligência. Mas, esta Casa sente e percebe a presença de Vossa Excelência, permanentemente, nas Comissões, particularmente na Comissão mais importante desta Casa, a CCJ, onde Vossa Excelência é sempre um dos primeiros parlamentares a chegar às reuniões, a se interessar pelo debate, pelo encaminhamento das questões mais sérias do Paraná e o faz sempre com muita competência. E, também no plenário a presença, não só a física, mas a sua atenção com coisas que acontecem com a Ordem do Dia, os projetos de lei e requerimentos.

Vossa Excelência está sempre atento, conhecendo o processo legislativo como poucos parlamentares, nesta Casa.

Portanto, não é uma despedida da Assembléia. Que bom! Vossa Excelência continua conosco, apenas comunica a mudança de partido; sai Vossa Excelência do PMDB, o que está acontecendo a exemplo da sua atitude em quase todos os Estados do Brasil. É a saída desse Partido que se transformou no maior Partido do Brasil e até do Ocidente, pois alguns têm falado como aconteceu de maneira idêntica com a ARENA, e agora estamos assistindo a cada dia a debandada, o seu enfraquecimento.

Mas o meu aparte, Deputado Edmar Luiz Costa, foi para dizer que Vossa Excelência ilustra esta Casa pela sua competência, capacidade e dedicação da coisa e da causa pública.

Muito obrigado.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Agradeço, Deputado Basílio Zanusso. No PDC, evidente-

mente, mantereí a mesma linha de conduta que tenho tido nesta Casa, desde 1983. Não votarei cegamente, discordarei quando for necessário, mas quero somar os meus esforços aos esforços de todos os Srs. Deputados, de todos os Partidos, inclusive do PMDB, para que possamos enfrentar essa fase difícil pela qual atravessa a Nação brasileira.

Concedo o aparte ao Deputado Antônio Belinati.

O Sr. Antônio Belinati - Deputado Edmar Luiz Costa, em meu nome pessoal e em nome dos Srs. Deputados Algaci Túlio, Rafael Greca, Valderi Mendes Vilela e em nome da Bancada do PDT, nos cabe aqui neste momento, desejar a Vossa Excelência muito sucesso e êxito na agremiação em que Vossa Excelência fez a opção. E dizer que o respeito que o PDT tem por Vossa Excelência está acima de qualquer sigla partidária. Vossa Excelência é, por si só, uma lenda, um partido e nós respeitamos e admiramos o seu espírito democrático, liberal e imparcial.

Homem dotado de grande inteligência, é um dos integrantes dos mais importantes para valorizar o Poder Legislativo do Paraná.

Esta Casa é uma Casa enriquecida com um homem tão inteligente e tão probo como Edmar Luiz Costa, a quem nós desejamos boa sorte no PDC.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Agradeço e era isso o que eu tinha a afirmar, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Amibelli) Encerrado o Grande Expediente, esta Presidência quer se solidarizar com o Deputado Edmar Luiz Costa e espera que Vossa Excelência continue dignificando e engrandecendo esta Casa, apesar de não estar no Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

Consulto a Liderança do PMDB, se fará uso do seu horário. (Declina).

Havendo declinado, consulto a Liderança do PDS. (Declina).

Havendo declinado, consulto a Liderança do PL. (Declina).

Havendo declinado, consulto a Liderança do PFL. (Declina).

Havendo declinado, consulto a Liderança do PT. (Declina).

Havendo declinado, consulto a Liderança do PTB. - (Declina).

Havendo declinado, consulto a Liderança do PDT.

Concedo a palavra ao Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Dois assuntos de grande importância trazem-nos a esta tribuna, reforçando mais uma vez o que havia falado ontem, com relação às mensalidades escolares.

Continua uma situação difícil para os pais e alunos, porque até agora ninguém diz o que pode e o que se deve fazer. O Conselho Estadual de Educação, órgão que teria a responsabilidade de fiscalizar, diz que não tem poderes e estrutura para isso. A SUNAB, a CODEC e a SEDEC, outros órgãos também de defesa ao consumidor, parecem que pouco ou quase nada estão fazendo com relação a este assunto gravíssimo, que é a mensalidade escolar.

Queria fazer um apelo ao Deputado Paulo Furiatti, agora levado à condição de Presidente da Comissão de Defesa ao Consumidor, da qual, com muito orgulho, faço parte como Vice-Presidente, para que, imediatamente, trate de chamar para si as discussões a respeito deste assunto.

O Sr. Antônio Belinati - Permite-me um aparte?

O SR. ALGACI TÚLIO - Agora mesmo, neste Plenário, estudantes estão se mobilizando, pedindo apoio político e financeiro aos Srs. Deputados, para iniciarem uma luta, mais uma vez, indo às ruas com panfletos, decalques e faixas, no sentido de sensibilizar as autoridades do setor de educação, para que se dê um paradeiro a esta situação.

Tenho um filho que estuda no Colégio Positivo, e sou um privilegiado no sentido de que ele é um atleta, pagando apenas a metade, Deputado Antônio Belinati, no valor de Cz\$ 5.300,00. Não fosse esta condição, pagaria Cz\$ 9.900,00 e mais alguns quebrados, porque não arredondam para Cz\$ 10 mil de uma vez.

Então, a situação é realmente difícil, e dentro deste assunto, dou aparte ao Deputado Antônio Belinati, e na sequência, passo a um outro assunto.

O Sr. Antônio Belinati - Deputado Algaci Túlio, principalmente nas capitais brasileiras os estudantes se mobilizaram e pais fizeram passeatas, com protestos contra o Governo em Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo e, de repente, o Presidente José Sarney mandou dar um jeito na coisa, e o jeito foi dado.

Tenho provas de que o Presidente José Sarney agiu, porque, às 11:30h da manhã de hoje, quando fui pagar a mensalidade do meu filho no colégio, constatei que realmente ele resolveu o problema dos pais dos alunos no Brasil inteiro. Tendo conhecimento do valor da mensalidade, fui per-

guntar o por quê. Não disseram. Foi o Presidente José Sarney que mandou corrigir, de dezembro para cá, para se calcular o valor certo. E a mensalidade, que era de Cr\$ 7.400,00, de acordo com a sua ordem, foi corrigida para Cr\$ 9.945,00. Quer dizer, José Sarney resolveu o problema dos estudantes que achavam que estavam pagando demais para estudar. Só que se nivelou mais uma vez por cima, prejudicando estudantes, pais e alguns colégios que vão ter problemas também com a falta de alunos, porque nem todos terão Cr\$ 10.000,00 por mês para pagar, só de mensalidade, fora livro, caderno, uniforme, e alguns dependem até de ônibus escolar para chegar ao colégio.

Então, se fizermos as contas, isso vai beirar uns Cr\$ 15 mil por mês. Vale dizer, que desgraçadamente, o Presidente José Sarney tomou uma atitude que foi exatamente o contrário do desejado pelos pais e pelos alunos do Brasil.

A impressão que dá, para ironizar, Deputado Algaci Túlio, é que daqui há uns tempos, quando se quiser baixar de fato a mensalidade escolar no Brasil, vai ter que se fazer passeata para pedir a José Sarney para aumentar. Porque, pedindo para aumentar, ele é capaz de baixar. Porque, pedindo para baixar, o Presidente atendeu o contrário, e mandou decretar o aumento de mais ou menos 30% de um mês para outro, surpreendendo e causando indignação, principalmente por parte daqueles pais que estão atravessando dificuldades. Vi na Tesouraria do colégio, muitos pais e mães dando cheque pré-datado para não tirar o filho da escola.

Eu me solidarizo com Vossa Excelência, porque o assunto é grave, e nós deveremos voltar a debatê-lo aqui, para, quem sabe, fazer o Presidente José Sarney ouvir este clamor de milhões de pais e alunos de todo o Brasil.

O SR. ALGACI TÚLIO - Tem razão V. Exa., e vou mais além.

Desde que foi implantada a cartilha, volto dizer o que aqui falei ontem, esta complica mais, e hoje um pai de aluno terá que contratar um economista para conseguir entender como a mesma funciona. Além do que, para o Paraná vieram apenas 60 mil cartilhas, o que se deduz que não vai dar para atender nem sequer 5% da população estudantil.

O Sr. Antônio Costenaro Neto - V. Exa. me permite um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado Algaci Túlio, realmente Vossa Excelência faz a defesa de uma agonia muito grande que seca toda a população brasileira. Acho que é difícil entre nós, Deputados, aquele que não têm um filho no

curso primário, no secundário ou na universidade. Realmente é uma situação estarecedora e insuportável. E, como não bastasse, há ainda a propaganda de que os Deputados dão bolsas de estudo e imaginam que se têm dinheiro do Governo à vontade para tal fim.

Então somos procurados, diariamente, pelos estudantes e isto é uma agonia, porque ficamos na verdade sem argumentação, se não defendemos os estudantes através da tribuna da Assembleia Legislativa. Porque na verdade, ao receber a cartilha do MEC, passamos a entender, justamente como disse o Deputado Antônio Belinati, que é necessário que se faça um curso de aprendizagem, por mais técnicos que sejamos, para poder entender como calculá-la. E, além do mais, cada colégio, escola ou faculdade, tem uma tabela e um sistema de aumento salarial. Então, depende do cálculo, conforme o dissídio coletivo da escola, havendo dificuldade e não sendo possível o povo compreender.

No meu entender, parece que, quando a população precisa de apoio do Governo para defendê-los, na verdade encontra o contrário: uma punição do Governo que lhe cobra mais caro. A sua atuação, em vez de ser benéfica, passa a ser prejudicial. Em consequência, surge o grande problema que vivemos hoje, nós políticos, porque há um descontentamento total conosco, pois quando se fala em político fala-se em Governo, e no entender do povo, este não ajuda, só atrapalha. Nesta questão escolar, é exatamente como o Deputado Antônio Belinati disse: aumentam os custos e não beneficiam ninguém.

Obrigado.

O SR. ALGACI TÚLIO - Muito obrigado, Deputado.

Para concluir, que o meu horário está esgotando...

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)
Vossa Excelência tem mais um minuto.

O SR. ALGACI TÚLIO - Quero, também, em nome da Bancada do PDT, externar os nossos cumprimentos ao Poder Judiciário, aos juizes, desembargadores, promotores que não estão se curvando diante da tentativa de uma pressão e de um ato até arbitrário por parte do Presidente da República querendo interferir na sua autonomia, nas decisões que estão sendo tomadas por este Brasil afora, em relação à URP.

Quero cumprimentar, portanto, em nome da nossa bancada, a posição dos Tribunais e, aqui no Paraná, externar nosso cumprimento ao Presidente do Tribunal de Justiça, na pessoa de seu Presidente, Dr. Mário Lopes dos Santos, que também tem se asso-

ziado e manifestado favorável a esta autonomia, não permitindo qualquer ingerência.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Esta Presidência registra a presença, nas galerias, do Sr. Altair Coelho, Presidente do PDC, que nos honra com a sua visita, bem como dos Srs. Pedro Vosgrau e José Álvaro Genium, Prefeito de Wenceslau Brás. Esta Presidência agradece as presenças de Vossas Excelências.

Encerrado o Horário do Expediente, passamos à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 52 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando Preferência de Votação ao Projeto de Lei Complementar nº 104/88 e aos Projetos de Lei nº 105/88 e 103/88. - Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando Preferência de Votação ao Projeto de Lei nº 117/88. - Aprovado.

De conformidade com os requerimentos de Preferência de Votação, acima aprovados:

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 104/88, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 66/88), que altera o disposto no Art. 1º da Lei Complementar nº 20, de 08 de maio de 1984, visando alterar o critério de cálculo dos adicionais quinquenais e os vencimentos deferidos aos membros do Ministério Público, na forma que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado. (Public. no D.A. n.º 33, de 03.05.88).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 104/88

PARECER:

O presente projeto de lei, oriundo da Mensagem Governamental nº 66/88, tem como objetivo alterar o disposto no Art. 1º da Lei Complementar nº 20, de 08.05.84, visando alterar o critério de cálculo dos adicionais quinquenais e os vencimentos deferidos aos membros do Ministério Público, na forma que especifica.

De acordo com a Constituição Estadual, em seu Art. 47, inciso I, a competência para iniciar o processo legislativo das matérias que versem sobre este assunto é exclusiva do Chefe do Poder Executivo.

Portanto, nada há que possa impedir a

normal tramitação do projeto por esta Casa.

Nestas condições, nosso Parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o Parecer.

Sala das Comissões em 10.05.88.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente e Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 104/88

PARECER:

De iniciativa do Poder Executivo, Mensagem Governamental nº 66/88, objetiva alterar o dispositivo no Art. 1º, da Lei Complementar nº 20, de 08/05/84, visando alterar o critério de cálculo dos adicionais quinquenais e os vencimentos deferidos aos membros do Ministério Público, na forma que especifica.

O plano de lei em estudo, em sua parte legal e constitucional, foi devidamente analisado pela Douta Comissão de Constituição e Justiça, tendo merecido parecer Favorável.

No âmbito de competência desta Comissão de Finanças, restrita à análise da parte financeira da matéria, vemos que o projeto visa dar tratamento semelhante ao proposto aos membros da Magistratura, e como tal não só conciliará a pretensão da classe, bem como atenderá as atuais possibilidades orçamentárias do Estado.

Nestas condições nosso Parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o Parecer.

Sala das Comissões em 10.05.88.

(a) CÂNDIDO BASTOS

Presidente e Relator.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 105/88, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 67/88), que dispõe sobre novos critérios para o cálculo dos adicionais quinquenais e os vencimentos deferidos aos Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas do Estado e aos Procuradores do Estado, junto ao mesmo Tribunal. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado. (Public. no D.A. n.º 33, de 03.05.88).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 105/88

PARECER:

Com este projeto de lei encaminhado através da Mensagem Governamental nº 67/88, o Sr. Governador do Estado pretende dispor sobre novos critérios para o cálculo dos adicionais quinquenais e os vencimentos deferidos aos Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas do Estado e aos Procuradores do Estado junto ao mesmo Tribunal.

O plano de lei em estudo, em sua parte legal e constitucional está perfeitamente de acordo, pois a competência para iniciação dos projetos desta natureza é exclusiva do Chefe do Poder Executivo.

Diante do exposto, entendemos que a medida ajusta às normas legais vigentes, merecendo nosso Parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões em 10.05.88.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente e Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 105/88

P A R E C E R:

Oriundo da Mensagem Governamental n° 67/88, o presente projeto de lei tem por finalidade dispor sobre novos critérios para o cálculo dos adicionais quinquenais e o vencimentos deferidos aos Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas do Estado e aos Procuradores do Estado junto ao mesmo Tribunal.

A medida proposta recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar sobre o aspecto financeiro, esta Comissão de Finanças manifesta-se favoravelmente ao projeto, já que o mesmo visa dar tratamento semelhante ao proposto para os Membros da Magistratura e do Ministério Público, e como tal não só conciliará a pretensão da classe, bem como atenderá as atuais possibilidades orçamentárias do Estado.

Nestas condições nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.05.88.

(a) JOSÉ AFONSO JÚNIOR

Presidente e Relator.

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 103/88, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 65/88), que objetiva alterar a redação do § 1.º, do Art. 77, da Lei n° 7297, de 08.01.80, com modificação introduzida pela Lei n° 7878, de 04.07.84, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA, - Aprovado. (Public. no D.A. n° 33, de 03.05.88).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 103/88

P A R E C E R:

Oriundo da Mensagem Governamental n° 65/88, o presente plano de lei objetiva alterar a redação do parágrafo primeiro, do Art. 77, da Lei n° 7297, de 08.01.80, com modificação introduzida pela Lei n° 7878, de 04.07.84 (Código de Organização e Divisão Judiciária).

De acordo com o Art. 47, inciso I, da Constituição Estadual, a competência para iniciação do processo legislativo das leis que disponham sobre tal matéria, é privativa do Chefe do Poder Executivo.

Diante do exposto, entendemos que a medida ajusta-se às normas legais vigentes, merecendo nosso Parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões em 10.05.88.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente e Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 103/88

P A R E C E R:

Com este Projeto de Lei, encaminhado através da Mensagem Governamental n° 65/88, o Senhor Governador do Estado objetiva alterar a redação do § 1.º, do Art. 77, da Lei n° 7297, de 08/01/80, com modificação introduzida pela Lei n° 7878, de 04.07.84 (Código de Organização e Divisão Judiciárias).

O plano de lei em estudo, em sua parte legal e constitucional, foi devidamente analisado pela Douta Comissão de Constituição e Justiça, tendo merecido parecer Favorável.

No âmbito de competência desta Comissão de Finanças, restrita à análise da parte financeira da matéria, vimos que o Poder Executivo, através deste projeto, não só conciliará a pretensão da classe, como atenderá as atuais possibilidades orçamentárias do Estado.

Nestas condições nosso Parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões em 10.05.88.

(a) JOSÉ AFONSO JÚNIOR

Presidente e Relator.

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 117/88, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 64/88), que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de CURITIBA uma área de terra, com aproximadamente 60.000m2, situada no Bairro do Tarumã, desta Capital, destacada de área maior de propriedade da FASPAR, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. por unanimidade. - Aprovado. (Public. no D.A. n.º 33, de 03.05.88).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 117/88

P A R E C E R:

Oriundo da Mensagem Governamental n° 64/88, o projeto de lei em exame autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Curitiba, uma área de terra com aproximadamente 60.000m2, situada no Bairro do Tarumã, nesta Capital, destacada de área

maior de propriedade da FASPAR, conforme a transcrição n° 32.747, do livro 3/M do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Curitiba.

A doação acima mencionada é da competência desta Casa de Leis, com a sanção governamental, conforme estabelece o Art. 21, inciso VIII, letra C, da Carta Magna Estadual.

Pela leitura e análise detalhadas da justificativa governamental, verificamos que a proposta consulta aos interesses da administração e da coletividade, pois a área de terreno em apreciação e objeto da presente medida, será utilizada para a implantação do Hospital Geral do Aparelho Locomotor, com recursos do Governo Federal, via Ministério da Saúde, vindo assim atender às necessidades da região Sul do País.

Além disso, foram levados em consideração, aspectos referentes à acessibilidade, dimensões do terreno, entre outros, para se chegar ao local mais adequado para a instalação do Hospital acima mencionado.

Assim sendo, esta douta Comissão de Constituição e Justiça, chamada a opinar, vem a se pronunciar FAVORAVELMENTE, por entender que, diante de tudo que foi exposto acima, inexistem óbices para o trâmite normal deste projeto de lei pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

Nestas condições, o nosso parecer é pela APROVAÇÃO do Plano de Lei em tela. É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.05.88.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO
Presidente Relator.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

4.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 285/87, de autoria do Deputado ARTAGÃO MATTOS LEÃO, que autoriza o Poder Executivo a cancelar as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade incidentes no imóvel matriculado sob o n° 9919, do 3° Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Guarapuava. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Com EMENDA DE PLENÁRIO. EM REGIME DE URGÊNCIA. -

Em votação a Emenda. - Aprovada.

4.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 49/87 (Ex-Projeto de Lei n° 133/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por maioria, que autoriza a realização de plebiscito na área adiante descrita, nos Municípios de Cascavel, Toledo e Céu Azul, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de SANTA TEREZA DO OESTE. Com EMENDA DE PLENÁRIO. EM

REGIME DE URGÊNCIA. -

Em votação a Emenda. - Aprovada.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 09/88, de autoria do Deputado LUIZ ANTONIO SETTI, que declara de Utilidade Pública a COMUNIDADE DE ASSISTÊNCIA AOS DEPENDENTES DE DROGA, com sede e foro na Cidade de Jacarezinho. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 12/88, de autoria do Deputado JOSÉ AFRONSO JÚNIOR, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DA ESCOLA ESTADUAL ROSA SAPORSKI - APM, com sede e foro na Cidade de Cambará. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 17/88, de autoria do Deputado ANTÔNIO BELINATI, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná a JABUR ABDALA. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 19/88, de autoria do Deputado ANTÔNIO COSTENARO NETO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO RURAL RECREATIVA DE BARBOSA FERRAZ, com sede e foro no Município de Barbosa Ferraz. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 24/88, de autoria do Deputado ALGACI TULLIO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DAS SENHORAS DE CARIDADE DE SÃO VICENTE DE PAULA DA PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA APARECIDA DO BARIGUI DO SEMINÁRIO, com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 27/88, de autoria do Deputado ARTAGÃO MATTOS LEÃO, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Reverendo Doutor MANOEL FERREIRA, pelos relevantes serviços prestados ao Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 323/87, de autoria do Deputado DAVID CHERIEGATE, que denomina de PADRE LUIZ LUISE, a Rodovia PR-574, via de acesso que liga a BR-369 ao Município de Cafelândia. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. - Aprovado. (Public. no D.A. n° 131/87, de 11.11.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 323/87

RELATÓRIO

Através do presente projeto de lei, registrado sob o n° 323/87, de autoria do nobre Deputado David Cheriegate, pretende o mesmo que seja denominada de Padre Luiz Luise, a Rodovia PR-547, via de acesso que liga a BR-369 ao Município de Cafelândia.

Anexo, demonstrou o autor do projeto, as lutas e os trabalhos da referida pessoa, em favor do povo destino do nosso Paraná.

Por essas razões, e não havendo princípio constitucional violado, o nosso parecer é FAVORÁVEL à aprovação.

É o nosso parecer, "sub judice".

Sala das Comissões, em 24.11.87.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente
VALDERI MENDES VILELA - Relator.

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES PROJETO DE LEI N° 323/87

PARECER:

O presente plano de lei, de autoria do ilustre Deputado David Cheriegate, visa denominar de Padre Luiz Luise, a Rodovia PR.547, via de acesso que liga a BR-369 ao município de Cafelândia.

A douta Comissão de Constituição e Justiça, em relação ao aspecto legal e constitucional da matéria, deu Parecer Favorável.

Esta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, chamada a opinar sobre o que lhe compete, vem a concluir que a presente proposição é realmente justa homenagem à pessoa do Padre Luiz Luise.

Nestas condições, é o nosso Parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela aprovação do projeto de lei em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.04.88.

(a) ACYR MEZZADRI - Presidente e Relator.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 22/88, de autoria do Deputado DOMINGOS SCARPELLINI, que torna sem efeito doação de imóvel à Sociedade de Assistência aos Lázaros do Estado do Paraná, e autoriza o Poder Executivo a doá-lo ao Município de Curitiba. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.T.I.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado. (Public. no D.A. n° 05, de 07.03.88.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 22/88

I. O citado projeto tem por finalidade tornar sem efeito a doação de uma área de terras com área de 198.776m², menos 24.200m², cujo beneficiário foi a Sociedade de Assistência aos Lázaros do Estado do Paraná, através do Decreto n° 12.202, de 26.11.1941.

II. Razões relevantes são invocadas na justificativa do projeto, valendo destacar que "o imóvel nunca foi utilizado para o fim a que se destinou". Por outro lado, o objetivo definido no Art. 3°, leva-nos à conclusão de que serão beneficiários da reversão, não o Município de Curitiba, mas futuros proprietários de casa própria que o Município implantará.

III. Manifestações favoráveis do município de Curitiba e Companhia de Habitação Popular de Curitiba, através dos Ofícios n° 059/88, em 21.03.88, e 081/88, de 18.03.88, respectivamente.

IV. Sob o ponto de vista constitucional, o projeto está em condições de ser aprovado por esta Comissão.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 25.04.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente
NEREU CARLOS MASSIGNAN - Relator.

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO PROJETO DE LEI N° 22/88

PARECER:

De autoria do ilustre Deputado Domingos Scarpellini, o projeto em tela tem por finalidade tornar sem efeito a doação de uma área de terras com área de 198.776m², menos 24.200m², cujo beneficiário foi a Sociedade de Assistência aos Lázaros do Estado do Paraná, através do Decreto n° 12.202, de 26.11.1941.

Sob o aspecto constitucional, a proposta não encontra razões contrárias à sua aprovação, pela análise da justificativa apresentada ao Projeto.

Chamada a opinar, esta douta Comissão de Terras, Imigração e Colonização, em conformidade com o Regimento Interno, segue o entendimento da Comissão de Constituição e Justiça, vem a se pronunciar FAVORAVELMENTE, sendo pois pela APROVAÇÃO da medida em análise.

É o parecer.

Sala das Comissões em 28.04.88.

(aa) DOMINGOS SCARPELLINI - Presidente
PAULINO JOSÉ DELAZERI - Relator.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 28/88, de autoria do Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI, que declara de Utilidade Pública a UNIAO UMBANDISTA PAI JOAO DE ARUANDA, com sede e foro no Município de Londrina. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado. (Public. no D.A. n° 05, de 07.03.88.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 28/88

PARECER:

De autoria do ilustre Deputado Luiz Carlos Alborghetti, objetiva o presente plano de lei declarar de Utilidade Pública

a União Umbandista Pai João de Aruanda, com sede e foro no Município de Londrina.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, insatisfeito óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela APROVAÇÃO do presente plano de lei, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.04.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente
HERMAS BRANDÃO - Relator.

1. DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 34/88, de autoria do Deputado ANTÔNIO BELINATI, que declara de Utilidade Pública o CENTRO SOCIAL COMUNITÁRIO MADRE RAFAELA YBARRA, com sede e foro no Município de Marialva. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado. (Public. no D.A. nº 06, de 08.03.88).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 34/88

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Antônio Belinati, tramita nesta Casa o Projeto de Lei que recebeu o número 034/88, objetivando declarar de Utilidade Pública o Centro Social Comunitário Madre Rafaela Ybarra, com sede no Município de Marialva.

Verificando a documentação anexa, constata-se que a referida instituição vem cumprindo suas finalidades que estão de acordo com os preceitos legais que regulamentam o assunto.

Assim sendo, pronunciamos-nos pela aprovação da matéria.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 25.04.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente
BÁSILIO ZANUSSI - Relator.

1. DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 51/88, de autoria do Deputado ALGACI TÚLIO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DO JARDIM PARAÍSO, JARDIM VALENCIA, JARDIM SILVÂNIA, JARDIM PLANALTO E LOTEAMENTO RECANTO DOS PAPAGAIOS, com sede e foro no Município de Almirante Tamandaré. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado. (Public. no D.A. nº 13, de 21.03.88).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 51/88

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Algaci Túlio, presente projeto de lei tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos do Jardim Paraíso, Jardim Valença, Jardim Silvânia, Jardim Planalto e Loteamento Recanto dos

Papagaios, do Município de Almirante Tamandaré.

Da análise do projeto, pela justificativa apresentada pelo autor e pela documentação inserida ao mesmo, comprovam o preenchimento pela entidade, dos requisitos essenciais exigidos pela legislação reguladora da matéria.

Nestas condições, o nosso Parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO. É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.04.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente
VALDEMIRO MENDES VILELA - Relator.

1. DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 52/88, de autoria do Deputado CÂNDIDO BASTOS, que declara de Utilidade Pública o CENTRO SOCIAL SANTA MARGARIDA, com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado. (Public. no D.A. nº 13, de 21.03.88).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 52/88

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Cândido Bastos, o projeto de lei em tela tem por finalidade declarar de Utilidade Pública o Centro Social Santa Margarida, com sede e foro nesta Capital.

Examinado o processado, esta douta Comissão de Constituição e Justiça chamada a opinar sobre a matéria, verifica que a entidade em questão encontra-se em plena concordância com os ditames da Lei nº 6994, de 10.01.78 (regula a matéria no âmbito estadual), inexistindo pois impedimentos de natureza legal e regimental à tramitação normal da matéria pelos demais órgãos desta Colenda Casa de Leis.

Assim sendo, somos pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 52/88, nos termos em que ele se apresenta. Pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.04.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente
HERMAS BRANDÃO - Relator.

1. DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 62/88, de autoria do Deputado LUIZ ANTONIO SETTI, que concede o Título de Cidadã Honorária do Paraná a Doutora CARMEN AMIN GANEM. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado. (Public. no D.A. nº 17, de 04.04.88).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 62/88

P A R E C E R:

O plano de lei ora em apreciação por esta Comissão, de autoria do Deputado Luiz Antonio Setti, tem por objetivo conceder o título de Cidadã Honorária do Paraná a Doutora Carmen Amin Ganem.

Em sua justificativa, o autor procura ressaltar e destacar a figura da homenageada, proeminente Juíza, enumerando os cargos até então por ela ocupados, com denodado brilho e talento.

Trata-se, evidentemente, de prestar um tributo às personalidades que se destacam em suas áreas de atuação, contribuindo, de forma inquestionável, para o engrandecimento e difusão da cultura no Estado.

É importante, por outro lado, que esses personagens sejam homenageados e revividos para servirem de exemplo às gerações futuras que se encontram tão frustradas pela contínua e irreparável degeneração do caráter e personalidade que caracterizam parte dos homens públicos e de outros segmentos sociais.

No aspecto legal, não vemos óbices para seu prosseguimento.

A pretensão do autor é meritória, razão porque o parecer é pela sua aprovação. O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 25.04.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente
JOSÉ AFONSO JÚNIOR - Relator.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 83/88, de autoria do Deputado PAULINO JOSÉ DELAZERI, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO LOTEAMENTO JARDIM ANA PAULA, com sede e foro na localidade de Marechal Cândido Rondon. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado. (Public. no D.A. n° 23, de 13.04.88).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 83/88

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Paulino José Delazeri, objetiva declarar de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Loteamento Jardim Ana Paula, com sede e foro na cidade de Marechal Cândido Rondon.

O projeto, devidamente analisado sob as recomendações da Lei n° 6994, de 10 de janeiro de 1978, especifica à matéria, encontra-se legal e constitucionalmente instruído, inexistindo quaisquer impedimentos para sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Possui personalidade jurídica há mais de 01 (um) ano e os demais documentos exigidos pela citada legislação, foram apensados ao projeto.

Nestas condições, opinamos pela sua aprovação.

O Parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 25.04.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente
JOSÉ AFONSO JÚNIOR - Relator.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Sobre a mesa, requerimento de n° 887, de autoria do Sr. Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 883, de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 886, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 884, de autoria do Sr. Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 888, de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 890, de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 891, de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 889, de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 892, de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 870, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 12, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n° 104/88, e dos Projetos de Lei n° 323/87, 22, 28, 34, 51, 52, 62, 83, 103, 105 e 117/88.

Marca, ainda, uma Sessão Extraordinária, para logo após, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução n° 37, 38, 42, 43, 44 e 45/88.

Levanta-se a sessão.